

SUMÁRIO

Apresentação da obra	27
Prefácio	31
Introdução	39

PARTE I O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A CONSTRUÇÃO DA HETEROGENEIDADE

1. A coordenação da diversidade normativa e jurisdicional do direito internacional privado	49
2. A pluralidade dos métodos e dos objetivos do direito internacional privado	53
2.1. Aspectos gerais.....	53
2.2. O método indireto	54
2.2.1. As origens do método indireto e sua faceta unilateral	54
2.2.2. O método indireto multilateral e o direito internacional privado das encruzilhadas.....	65
2.3. A evolução do método indireto multilateral: o princípio da proximidade, as conexões múltiplas e a escolha da melhor lei	76
2.4. O método direto e o método do reconhecimento de situações jurídicas	89
2.5. A (falta de) organização da pluralidade de métodos	99

3. A multiplicação de direitos protegidos no direito internacional privado.....	103
3.1. A pluralidade dos métodos e a identificação dos direitos.....	103
3.2. O direito à segurança jurídica no direito internacional privado	104
3.3. O direito à igualdade no direito internacional privado.....	111
3.4. O direito à liberdade no direito internacional privado	114
4. A justiça no direito internacional privado.....	129
4.1. O direito à justiça no direito internacional privado.....	129
4.2. A formação da justiça conflitual.....	134
4.3. A formação da justiça material.....	145
4.4. A justiça e o mito da homogeneidade no direito internacional privado	154
5. O direito internacional privado da heterogeneidade.....	161

PARTE II
O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A
CONSTRUÇÃO DO MOSAICO

1. Os institutos de promoção de direitos e a hierarquia de valores no direito internacional privado	165
2. A técnica da prevalência do direito prioritário: o princípio do favorecimento	173
2.1. A formação do princípio do favorecimento: evolução (e não revolução)	173
2.2. O favorecimento à validade dos atos jurídicos.....	179
2.2.1. O <i>favor validitatis</i> e o <i>favor negotii</i>	179
2.2.2. O <i>favor testamenti</i>	185
2.3. O favorecimento à preservação ou à dissolução de determinado <i>status</i>	188
2.3.1. O <i>favor filiationis</i>	188
2.3.2. O <i>favor matrimonii</i> e o <i>favor divortii</i>	192
2.4. O favorecimento da vítima de danos (<i>favor laesi</i>).....	200
2.5. A lei mais favorável ao alimentando (<i>favor obligationis</i>).....	206
2.6. A lei mais favorável aos sucessores brasileiros.....	211

2.7. A técnica do direito prioritário pelo uso de leis de validação e de leis comparadas	220
3. A técnica da prevalência do direito essencial: a exceção de ordem pública	227
3.1. Aspectos gerais.....	227
3.2. A abordagem tradicional do conteúdo da ordem pública: os direitos essenciais do Estado do foro	234
3.3. Incidência, funções e fundamentos da ordem pública.....	239
3.4. O conteúdo nacional dos direitos inseridos na ordem pública.....	243
3.5. A ordem pública no Brasil.....	246
3.6. A ordem pública e os tratados de direito internacional privado	250
3.7. O dilema da intolerância na ordem pública.....	258
4. A técnica da prevalência dos direitos protegidos pelo foro: as normas de aplicação imediata.....	271
4.1. Aspectos gerais e as discussões doutrinárias	271
4.2. A natureza das normas de aplicação imediata e sua especificidade ...	279
4.3. Os dispositivos nacionais e internacionais referentes às normas de aplicação imediata.....	284
4.4. As normas de aplicação imediata e o conteúdo dos direitos protegidos	287
5. A técnica da prevalência dos direitos constitucionais: o controle de constitucionalidade no direito internacional privado	301
5.1. A constitucionalização do direito internacional privado	301
5.2. A imposição dos direitos previstos na Constituição	311
5.3. A proteção dos direitos constitucionais e o risco à diversidade	318
6. A era do mosaico: a fragilidade e a pouca nitidez da imagem do direito internacional privado.....	321

PARTE III
O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A
CONSTRUÇÃO DA COERÊNCIA

1. A busca da sistematicidade formal e da legitimidade substancial no direito internacional privado	329
--	------------

2. O pluralismo jurídico e a gramática dos direitos.....	335
2.1. A aceitação do pluralismo jurídico no direito internacional privado: a heterogeneidade agravada.....	335
2.2. Da coordenação à articulação das ordens jurídicas.....	338
2.3. A regulação das relações privadas transnacionais: a descodificação e a constitucionalização do direito privado.....	342
2.4. O reconhecimento de direitos e seu impacto no direito internacional privado.....	352
2.5. Ascensão dos direitos humanos e a sua eficácia nas relações privadas.....	357
3. A incidência dos direitos humanos no direito internacional privado.....	373
3.1. Atributos diferenciados dos direitos humanos e seu objetivo emancipatório no direito internacional privado.....	373
3.2. O uso indireto dos direitos humanos no direito internacional privado.....	379
3.3. O uso direto dos direitos humanos: a invocação nacional.....	382
3.4. O uso direto dos direitos humanos: a invocação internacional.....	384
4. A busca da coerência e o uso do teste de proporcionalidade no direito internacional privado.....	393
4.1. A coordenação das ordens jurídicas e o uso da hierarquia das fontes.....	393
4.2. A coordenação por meio do diálogo das fontes.....	396
4.3. Universalismo, igualdade material e reconhecimento das diferenças.....	399
4.4. Direito internacional privado, inclusão e a proteção dos vulneráveis.....	405
5. O direito internacional privado e a articulação coerente entre os direitos.....	421
5.1. Aspectos gerais.....	421
5.2. A articulação dos direitos e o teste de proporcionalidade no direito internacional privado.....	422
5.3. A construção da coerência no método do reconhecimento à luz dos direitos humanos.....	428
5.4. A insuficiência da dicotomia <i>lex fori</i> e <i>lex causae</i> no teste de proporcionalidade: o uso das referências cruzadas.....	437

5.5. O teste de proporcionalidade e o sequestro internacional de crianças no direito internacional privado.....	441
5.5.1. A pluralidade de regras e interpretações na matéria de sequestro internacional de crianças: o laboratório da articulação no direito internacional privado	441
5.5.2. A jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos no sequestro internacional de crianças	451
5.5.2.1. A colisão de direitos envolvendo o devido processo legal: a articulação procedimental no direito internacional privado	453
5.5.2.2. A colisão de direitos envolvendo o melhor interesse da criança: a articulação material no direito internacional privado	457
5.5.2.3. A colisão de direitos envolvendo as exceções ao retorno da criança: a articulação material no direito internacional privado	460
5.5.2.4. A colisão de direitos envolvendo a exceção ao retorno por violação de direitos humanos: a articulação material no direito internacional privado	466
5.5.3. A colisão de direitos envolvendo o pluralismo jurídico: a articulação entre direitos previstos em tratados no direito internacional privado.....	469
6. O direito internacional privado heterogêneo e a construção da coerência na proteção de direitos.....	475
Conclusão.....	483
Referências Bibliográficas	495